



PENGUIN



CLÁSSICOS

FREDERICK DOUGLASS

NARRATIVA DA VIDA DE FREDERICK
DOUGLASS, UM ESCRAVO AMERICANO
E OUTROS TEXTOS

INTRODUÇÃO

O que significa publicar hoje em Portugal uma tradução da *Narrativa da Vida de Frederick Douglass, Um Escravo Americano*? Num contexto em que a ação política do movimento antirracista negro e cigano a nível nacional, mas também de movimentos globais como o Black Lives Matter/Vidas Negras Importam, tem feito avançar o debate público sobre o racismo na sociedade portuguesa e reconfigurado nos seus próprios termos o que foram as importantes mobilizações dos anos 1990, qual o sentido de uma obra como aquela que aqui se apresenta? Hoje, para além do trabalho de rutura face ao mito do excepcionalismo do colonialismo português — o chamado lusotropicalismo e a ideia do Portugal dos «brandos costumes» — e do combate a formas de extremismo político, como o avanço da extrema-direita e de agremiações neonazis, esse debate passa também pelo rompimento de visões psicologizantes e/ou moralizantes do racismo e por colocar em cima da mesa um entendimento do racismo enquanto relação de poder, a múltiplos níveis, num mundo cuja globalização se radica no colonialismo.

Entre as várias reivindicações desses movimentos, uma parte prende-se com as questões da representatividade e do «lugar de fala», que não devem ser entendidas enquanto cedências a qualquer essencialismo. Não basta ser-se racializado para que se tenha uma visão crítica sobre o racismo (como não basta ser-se operário para se ter consciência de classe ou ser-se mulher para entender

o patriarcado), mas não deixa de ser verdade que há um património de conhecimento negro — africano e afrodiáspórico — cuja forma e conteúdo são produzidos a partir de e contra um lugar específico da ordem mundial criada a partir do colonialismo e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas entre os séculos XVI e XX. Ora, a autobiografia e os textos que encontramos nas páginas seguintes são exemplo disso mesmo, e parte do importante legado abolicionista.

A *Narrativa da Vida de Frederick Douglass* é um clássico da literatura norte-americana e global, publicado em 1845, um registo historiográfico da experiência e resistência afroamericana no sistema escravocrata, um trabalho que contribuiu, na altura e ainda hoje, para a projeção política da causa abolicionista e uma obra canónica da tradição intelectual negra, da autoria de uma das suas principais figuras do século XIX: Frederick Douglass. Tendo vivido na pele a escravatura e conseguido escapar-se em 1838, com cerca de vinte anos, Douglass integraria, em 1843, a American Anti-Slavery Society, liderada por William Lloyd Garrison, um dos mais contundentes abolicionistas da época. Seja pela escrita abundante e incisiva, seja pela oratória carismática e destemida, a voz de Douglass ecoaria no espaço norte-americano e britânico, tornando-se em pouco tempo uma das lideranças políticas mais preeminentes, não só do movimento abolicionista, mas também dos EUA. Nas ruas e púlpitos de congressos abolicionistas, agitando consciências com os seus discursos e artigos, ou nos corredores da política, através do *lobbying* e concertação, em que se destacaria o seu diálogo com o então hesitante presidente Abraham Lincoln, Frederick Douglass é sem sombra de dúvida um dos protagonistas da abolição legal da escravatura nos EUA, em 1865, mas também da luta pelos direitos civis que se seguiria, como fica expresso no texto «A linha da cor» (1881). Dizer isto não significa esquecer que, mais do que resultado da visão de um qualquer «messias negro», o movimento abolicionista foi e é fruto da organização de múltiplas pessoas anónimas.

A longa caminhada de Frederick Douglass rumo à liberdade é contada nas páginas que se seguem, ao estilo das «narrativas de pessoas escravizadas» (*slave narratives*) produzidas no seio do movimento abolicionista. O próprio Douglass publicaria ainda *My Bondage and My Freedom* (1855) e *Life and Times of Frederick Douglass* (1881). Importantes abolicionistas negros utilizariam as narrativas de pessoas escravizadas para conscientizar a população branca acerca da brutal iniquidade da escravatura e da necessidade de a abolir. É o caso do livro que aqui se apresenta, mas também de outros, como *Narrative of Sojourner Truth: A Northern Slave* (1850), *Incidents in the Life of a Slave Girl* (1861), de Sojourner Truth e Harriet Jacobs, respetivamente. Várias décadas antes, e no quadro do abolicionismo britânico, encontramos a biografia *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano* (1789) e existem também vários textos autobiográficos que reportam à realidade das Antilhas, veja-se o exemplo de *The History of Mary Prince, a West Indian Slave, Related by Herself* (1831).

Em geral, as narrativas de pessoas escravizadas surgiram em contextos onde o movimento abolicionista teve algum enraizamento e, portanto, embora façam parte do Atlântico Negro, reportam maioritariamente à parte anglófona deste. Com um lugar pioneiro e cimeiro no Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas — responsável por arrancar de África perto de metade dos 12 milhões de pessoas que se estima terem sido aí traficadas entre os séculos XVI e XIX —, e sem um movimento abolicionista digno de nota, não se conhecem em Portugal ou no então império português textos como os acima referidos, a não ser, até certo ponto, obras como *An Interesting Narrative. Biography of Mahommah G. Baquaqua, a Native of Zoogoo* (1854), que reportava à realidade do Brasil.

Para além de serem relatos biográficos de pessoas negras, retratos da violência a que estavam sujeitas e da sua resistência quotidiana, estes textos não são apenas um registo daquela

violência e sobrevivência, antes interpelam política e filosoficamente conceitos como os de liberdade, humanidade e modernidade. Mas, num contexto de recepção desta obra como o português, onde por diferentes razões escasseia o diálogo com tradições intelectuais negras e um entendimento da dimensão estrutural e estruturante do racismo, teremos nós condições para assegurar que a maioria dos leitores fará uma leitura que vá para além do voyeurismo? Como pergunta Saidiya Hartman em *Scenes of Subjection* (1997), na leitura de um texto repleto de cenas vívidas de violência sob o corpo negro, colocamo-nos como «testemunhas» ou como «espectadores»? Até que ponto é que a exposição do corpo negro violentado, enquanto «prova» da incivilidade da sociedade branca, não é uma forma de mantê-lo no lugar de objeto? Serve apenas como meio para a autorreflexão, num processo de empatia que no fundo é uma forma de «identificação narcisista que oblitera o outro»? Podem estes retratos verdadeiramente «chocar» uma audiência que afinal de contas conhece essa violência e dela ainda beneficia? Perante um imaginário coletivo saturado de imagens de corpos negros em sofrimento, transformadas em «espetáculo», não terá essa reencenação um efeito de normalização e anestesia?

O pensamento de Frederick Douglass sobre a escravidão e sobre a liberdade constitui, como assinalado por Paul Gilroy no famoso *Atlântico Negro*, uma contranarrativa do projeto iluminista, pela sua incompletude e contradição, mas sendo ao mesmo tempo parte da experiência moderna. A autobiografia e os textos de Frederick Douglass que se compilam neste volume estão, com certeza, entre as versões mais sofisticadas desse património de conhecimento, analisando criticamente, e a partir de vários ângulos, a sociedade norte-americana, obrigando-a a confrontar-se com as contradições de uma sociedade que, tendo lutado e alcançado recentemente a sua independência em nome da «liberdade», continuava contraditória e cruelmente agrilhoadada à escravatura e a agrilhoar uma parte da sua população. É exatamente isso que está em causa no seu discurso «O Que Significa o 4 de Julho para

o Escravo?» (1852), em que Douglass nos diz, a propósito das celebrações da independência dos EUA: «Este 4 de Julho é vosso, não é meu.» Critica também uma sociedade que, tendo a racionalidade e o progresso enquanto ideais, tinha como motor uma das formas mais arcaicas de exploração do trabalho e de produção. Embora fosse crente, Douglass não deixou de acusar os religiosos, por tantas vezes se colocarem ao serviço da legitimação da escravatura, contribuindo para a «brutalização» das pessoas negras, mas também brancas.

Na história da Escravatura Transatlântica incluem-se múltiplas formas de resistência negra, como foram os quilombos nas Américas, as confrarias e irmandades negras, as estratégias diplomáticas e militares protagonizadas por africanas e africanos contra o esclavagismo europeu entre os séculos xv e xix. O próprio movimento abolicionista que, entre o final do século xviii e o século xix, irá desenvolver-se no Reino Unido e, mais tarde, nos EUA, embora se apresentasse como maioritariamente branco e com forte participação *quaker*, contou com muitas pessoas negras, que por razões óbvias não podiam expor-se publicamente da mesma forma que as brancas.

No interior do movimento abolicionista norte-americano, existiam estratégias e visões distintas quanto ao horizonte político. Por um lado, estratégias de índole gradualistas e de abolição imediata, assim como, estratégias mais orientadas para a consciencialização pública e para o *lobbying* político, realizadas por muitas das associações, jornais e figuras públicas abolicionistas, e estratégias menos pacifistas como o Underground Railroad, no qual se destacaram Sojourner Truth e Harriet Tubman, ou as revoltas coletivas de pessoas escravizadas e intervenções armadas, como aquelas organizadas por Nat Turner (1831) ou por John Brown. Por outro lado, se para uns, o fim da escravatura poderia ser alcançado nos termos da Constituição, para outros esta era intrinsecamente pró-escravatura e a União entre Estados do Sul, onde a escravatura permanecia, e do Norte, onde aquela

já havia sido abolida, deveria ser dissolvida. Nessa encruzilhada, o caminho de Frederick Douglass começa a divergir daquele da American Anti-Slavery Society e de William Lloyd Garrison, culminando na criação de um jornal negro abolicionista autónomo, o *The North Star* (1847-1851) e posteriormente o *Frederick Douglass' Paper* (1851-1860) e o *New National Era* (1870-1874).

Com o fim da guerra civil, a abolição formal da escravatura e um curto período em que se procurou criar legislação e medidas de política para efetivar a abolição e a igualdade étnico-racial — era que W.E.B. Dubois analisa em *Black Reconstruction in America* (1935) —, assiste-se a um retrocesso político, em que os linchamentos contra pessoas negras se tornam frequentes, entram em vigor leis segregacionistas de Jim Crow, bloqueando o acesso aos direitos civis pela população negra, e consolida-se a «criminalização» racial. Para Douglass, o direito de voto dos homens negros era um aspeto essencial e urgente para a garantia de uma abolição de facto. Essa tónica no sufrágio não deixaria de trazer à tona tensões entre o movimento abolicionista e feminista, movimentos que tinham, até certo ponto, uma história conjunta e cuja aliança Frederick Douglass foi um dos principais defensores, como fica evidente no seu ensaio «Movimento das Sufragistas» (1870). Douglass dedica uma parte não negligenciável da sua autobiografia a denunciar e a discutir a violência específica sofrida pelas mulheres negras no contexto escravo-crata, na sujeição ao abuso sexual por senhores e capatazes, na rivalidade vingativa das mulheres brancas, na perda sistemática e abrupta dos seus filhos e na reconstituição de novas configurações familiares e de apoio mútuo. Mas também é preciso reconhecer que isso não significa que Douglass fosse imune ao patriarcado.

Se Frederick Douglass foi um dos principais protagonistas negros do movimento abolicionista de então, Angela Davis será talvez das mais reconhecidas figuras desse movimento na contemporaneidade, ao lado de intelectuais e ativistas como Mariame Kaba,

Ruth W. Gilmore ou Vanessa E. Thompson, e que mantém um diálogo com o pensamento de Frederick Douglass.

Em *Lectures on Liberation* (1971), por exemplo, Davis mobiliza a autobiografia de Douglass para discutir o conceito de «libertação». Em «From the Prison of Slavery to the Slavery of Prison: Frederick Douglass and the Convict Lease System» (1998), a mesma autora questiona se a aposta estratégica no «voto negro» não era, por um lado, uma crença iluminista «ingénua» nas instituições do Estado burguês, e, por outro, uma aposta que desviaria a atenção do modo como, no pós-abolição e ao abrigo da própria 13.^a emenda, a escravatura se havia metamorfoseado na imposição do trabalho forçado à população carcerária que, por via de um imaginário criminalizante com viés racial, era crescentemente negra.

Do pós-abolição à atualidade, a «linha de cor» continua a marcar as desigualdades sociais, na forma de racismo quotidiano, mas também institucional e estrutural, assim como permanecem vivos dispositivos de violência, confinamento e negação da liberdade aos segmentos populacionais tidos como «indesejáveis» ou «descartáveis» em sociedades de capitalismo racial. As prisões são disso exemplo e, apesar das especificidades históricas contextuais, o sobre-encarceramento da população negra é um padrão estrutural. Ainda que tenhamos mais informação sobre a realidade do Brasil, dos EUA e Reino Unido, por exemplo, do que de Portugal, onde continua a não existir recolha censitária de dados étnico-raciais, sabemos que as pessoas com nacionalidade de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) têm cerca de dez vezes mais probabilidade de serem presas e que, para o mesmo tipo de crime, tendem a ter penas mais longas*. Políticas como as «Zonas Urbanas Sensíveis» (ZUS) em Portugal fazem parte desse aparato repressivo de Estado. Por um lado, entre os indicadores

* «A justiça em Portugal é “mais dura” para os negros», de Joana Gorrão Henriques, em *Público*, 19 de agosto de 2017.

utilizados para definir o grau de «perigosidade» de uma ZUS utiliza-se o perfilamento racial e, por outro, essa política legitima a intervenção policial musculada nos territórios, tratando-se os seus habitantes como eternos suspeitos a quem a polícia pode mandar parar, revistar, exigir documentos e limitar a mobilidade, num «cerco» quotidiano impensável noutros espaços da cidade.

Algumas das propostas abolicionistas contemporâneas — como o movimento Defund the Police (em português, Desinvestir na Polícia) — têm defendido a substituição gradual da polícia e das prisões por um sistema assente em políticas sociais de redistribuição de riqueza e cuidado. São propostas distintas daquelas que se têm concentrado no «desescalar da violência», buscando, por exemplo, a condenação desses agentes; o investimento na formação em direitos humanos para polícias; a introdução de *body cams* e videovigilância em carros-patrolha e esquadras; o investimento no «policimento de proximidade»; a maior representatividade étnico-racial na polícia das periferias urbanas; a proibição de determinadas técnicas de imobilização; etc. Trata-se efetivamente de um paradigma de organização política e social que vai muito para além da reforma.

Se a edição desta obra em Portugal permite tornar mais acessível um documento historiográfico da experiência negra no Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas, para um período em que escasseia a documentação de autoria negra, ela é também um convite ao engajamento com tradições intelectuais do Atlântico Negro, de então e de hoje, que têm pensado as continuidades coloniais e se têm constituído como críticas da modernidade e do capitalismo. Como é que os textos que se seguem nos podem ajudar a compreender melhor as mortes às mãos da polícia de George Floyd, de Nahel M. (adolescente francês de origem argelina morto a tiro pela polícia aos dezassete anos, em 2023), de Adama Traoré (vinte e quatro anos, morto em 2016 dentro do carro da polícia a caminho de uma esquadra em Paris); Mame Mbaye (vendedor de rua que não resistiu a um ataque cardíaco no bairro

de Lavapiés, em Madrid, após perseguição policial em 2018); Mike Ben Peter (morto em 2018 por asfixia na sequência da aplicação de técnica de imobilização pela polícia em Lausanne, na Suíça); Oury Jalloh (em 2005, na sequência de um incêndio na sua cela prisional em Deassau, na Alemanha, sem que lhe fosse prestado auxílio)? E, sobretudo, no que é que a autobiografia de Frederick Douglass nos ajuda a ser «testemunhas» e não «espectadores» da agressão do agente Carlos Canha a Cláudia Simões (19 de janeiro de 2020), do caso do Bairro da Jamaica (19 de Janeiro de 2019) ou da esquadra de Alfragide (5 de fevereiro de 2015), da morte de Elson Sanches/Kuku (morto aos catorze anos com um tiro desferido pela polícia a menos de 20 centímetros da sua nuca, em 4 de janeiro de 2009) ou da de Danijoy Pontes à guarda do Estado no Estabelecimento Prisional de Lisboa (15 de setembro de 2021)? Essa é uma chamada à qual as leitoras e os leitores podem e devem procurar responder na leitura das páginas que se seguem.

CRISTINA ROLDÃO
Lisboa, 10 de julho de 2023

NOTA DO TRADUTOR

Frederick Douglass é uma das mais célebres figuras do movimento abolicionista americano. Filho de mãe negra, escrava, e de pai branco, proprietário de escravos, Douglass foi, também ele, submetido aos grilhões e à violência extrema da escravidão nos Estados Unidos do início e de meados do século XIX. Aprendeu a ler e a escrever sozinho, tendo beneficiado da boa vontade de uma das suas proprietárias, Sophia Auld, que teve a iniciativa de lhe dar umas primeiras lições de leitura, embora as interrompesse pouco depois, por intervenção do marido, Hugh Auld.

A importância de Douglass para o movimento abolicionista nasceu com o primeiro discurso que fez, em agosto de 1841, numa convenção abolicionista em Nantucket, no Massachusetts. Nessa altura, Douglass tinha fugido da propriedade do seu último dono há apenas três anos, vestindo farda de marinheiro, percorrendo um trajeto que o levou do Sul do país, por Baltimore, até Nova Iorque. O discurso foi recebido com tais elogios e aplausos que o movimento abolicionista depressa o fez um dos seus porta-vozes, começando Douglass, a partir de então, a discursar e escrever regularmente sobre a sua experiência enquanto escravo, o sistema social e judicial norte-americano, o movimento sufragista das mulheres, entre outros assuntos. A eloquência por ele revelada levou a que muitos duvidassem de que os textos fossem da sua autoria, o que o levou a escrever o seu primeiro texto

autobiográfico, *Narrativa da Vida de Frederick Douglass, Um Escravo Americano*, cuja nova tradução agora apresentamos ao público português.

Neste livro, Douglass refere factos, nomeia os seus proprietários e outros escravagistas, localiza geograficamente os acontecimentos que narra, de modo a provar a sua capacidade de escrita e de oratória e a veracidade da sua experiência de vida. Foi a obra que o tornou conhecido, mas também a que mais o expôs, forçando-o a um exílio nas Ilhas Britânicas durante dois anos, até que, com o apoio de outros abolicionistas, conseguiu legalizar o seu estatuto de homem livre.

Para esta edição, decidimos apresentar alguns dos discursos e textos jornalísticos mais relevantes da carreira de Frederick Douglass. Havia muito por onde escolher, pois Douglass fez inúmeros discursos de notável qualidade e complexidade, escreveu em vários jornais, incluindo três que ele próprio criou — *The North Star*, em 1847, quando regressou a Nova Iorque já com o estatuto de homem livre aos olhos da lei; *Frederick Douglass' Paper*, em 1851; e *Douglass' Monthly*, em 1859 —, e redigiu outros dois notáveis livros autobiográficos, *My Bondage and My Freedom*, publicado em 1855, e *Life and Times of Frederick Douglass*, de 1881. Tornar-se-ia também editor do semanário *The New National Era*, em 1870, e escreveria alguns textos de ficção.

Optámos por escolher seis dos seus textos mais notáveis, incluindo aquele que é, talvez, o mais célebre e importante discurso abolicionista do século XIX, «O Que Significa o 4 de Julho para o Escravo?», de 1852. Convidado a fazer o prestigiado discurso de celebração do 4 de Julho da Ladies' Anti-Slavery Society de Rochester, Douglass apresentou, perante um público na sua maioria branco, um texto visceral, profundamente crítico da sociedade norte-americana, denunciando o racismo estrutural que a corroía e a urgência de acabar com quaisquer práticas de escravatura, que então ainda eram a norma em praticamente todos os Estados.

Neste âmbito, escolhemos traduzir também outros dois discursos focados na escravatura e na sociedade norte-americana: «A Linha da Cor», de 1881, e «O Futuro da Raça Negra», de 1886. No primeiro, Douglass traça a história do racismo, numa abordagem filosófica do conceito, defendendo que se trata de uma pura construção social que pode ser desfeita por via legal e de pressão social, rejeitando a ideia, defendida pelos esclavagistas, de que o racismo é um fenómeno natural e instintivo; no segundo, um texto repleto de esperança e otimismo pelo futuro dos negros e da sociedade como um todo, Douglass prevê a plena integração dos afro-americanos na sociedade norte-americana e a emergência de uma nova raça que resulta da miscigenação entre brancos e negros.

Frederick Douglass destacou-se também pela defesa acérrima e constante dos direitos das mulheres, sendo um dos mais destacados feministas do século XIX. O ensaio que aqui traduzimos, «Movimento das Sufragistas», de 1870, foi publicado após a criação da Décima Quinta Adenda à Constituição dos EUA, a qual negou às mulheres o direito de voto. No texto, Douglass desenvolve os fundamentos da igualdade de direitos entre homens e mulheres, acusando o governo norte-americano de tratar as mulheres como animais irracionais.

Uma das paixões de Douglass foi a fotografia e o impacto social da democratização da imagem pessoal, através da produção facilitada e barata de retratos. Tendo escrito bastante sobre o assunto, entre os seus textos destaca-se o que aqui publicamos, «Imagens e Progresso», de 1864, no qual resume as suas ideias sobre a ligação entre a arte e a reforma social, argumentando também a favor da importância da fotografia e da imagem para o fim da escravatura e a erradicação do racismo.

Por fim, não podíamos deixar de fora a pungente missiva pública que Douglass escreveu para o seu último dono, Thomas Auld, com quem brincou durante o período em que os pais de Auld, referidos no início desta nota, foram seus proprietários.

Neste texto, «Ao Meu Antigo Dono», de 1848, Douglass descreve o que teve de fazer para ascender «da degradação para a respeitabilidade», sublinhando os traços fundamentais de humanidade que partilha com o seu antigo dono e denunciando-o por continuar a escravizar as suas irmãs e o seu irmão, e por tratar a sua avó de modo execrável, como se se tratasse «de um cavalo velho».

A importância histórica destes textos é inegável. Esperamos que estas traduções, algumas nunca publicadas em português, se mostrem fiéis ao espírito do tempo e da duríssima experiência de vida do seu autor, homem corajoso e loquaz.

GUILHERME PIRES
março de 2023

Narrativa da Vida
de Frederick Douglass,
Um Escravo Americano
(Escrita pelo Próprio)
[1845]

PREFÁCIO

Em agosto de 1841, estive presente numa convenção antiesclavagista em Nantucket, na qual tive a felicidade de conhecer Frederick Douglass, o escritor da *Narrativa* que se segue. Quase todos naquela convenção o desconheciam; mas, tendo fugido recentemente da casa-prisão de escravatura em que vivia, no Sul, e sentindo-se impelido pela curiosidade a verificar os princípios e as medidas dos abolicionistas — dos quais ouvira uma vaga descrição quando ainda era escravo —, decidiu comparecer no evento a que aludi, embora naquele tempo residisse em New Bedford.

Afortunado acontecimento, tão afortunado! Afortunado para os seus milhões de irmãos agrilhoados, ansiando ainda por se libertarem da sua terrível servidão!; afortunado pela causa da emancipação dos negros e da liberdade universal!; afortunado para a sua terra natal, pela qual já tanto fez para a salvar e abençoar!; afortunado para um extenso círculo de amigos e conhecidos, cuja solidariedade e afeição conquistou firmemente devido aos muitos sofrimentos que suportou, às qualidades virtuosas do seu carácter e à perene lembrança dos que ainda estão agrilhoados, como se também ele lá estivesse de mãos atadas!; afortunado para as massas, em várias partes da nossa república, cujas mentes iluminou no que respeita à escravatura e que se desfizeram em lágrimas ao presenciar o seu *pathos*, ou, estimuladas pela eloquência que demonstrou contra os escravizadores de homens, se ergueram

em virtuosa indignação!; afortunado para mim mesmo, porque aquele momento o trouxe de súbito para o domínio da utilidade pública e, «para mostrar ao mundo a evidência de um HOMEM»¹, despertou as energias entorpecidas da sua alma e o consagrou ao extraordinário trabalho de quebrar o látego do opressor e libertar o oprimido!

Nunca esquecerei o seu discurso na convenção: a extraordinária emoção que suscitou na minha mente; a fortíssima impressão que deixou num auditório vasto, completamente surpreendido; o aplauso que se estendeu do princípio ao fim dos seus abençoados comentários. Penso que nunca odiei a escravatura tão intensamente como naquele momento; a minha percepção das enormes atrocidades por ela infligidas às suas vítimas, criaturas divinas, tornou-se mais clara que nunca. Ali estava uma dessas vítimas, imperiosa e justa na postura e nas proporções físicas; dotada de um intelecto rico; um prodígio em eloquência natural; a sua alma manifestamente feita «por um pouco inferior aos anjos»²; e ainda assim um escravo, sim, um escravo fugitivo; temeroso pela segurança, quase totalmente descrente de encontrar em solo americano uma única pessoa branca que se solidarizasse com ele e o protegesse contra todos os perigos, por amor a Deus e à humanidade! Embora capaz de extraordinários feitos enquanto ser intelectual e moral — precisando apenas de uma dose de cultura e desenvolvimento comparativamente menor para abrilhantar a sociedade e se tornar uma bênção para a sua raça —, pela lei da terra, pela voz do povo e nos termos do código da escravatura, ele era não mais que propriedade alheia, animal de carga, um bem móvel!

Um querido amigo de New Bedford convenceu o Sr. Douglass a dirigir-se à plateia da convenção. Ele caminhou até ao estrado, hesitante e tímido, qualidades que necessariamente acompanham uma mente sensível numa posição nova como aquela. Após se desculpar pela sua ignorância e de recordar à audiência que a escravatura era uma parca escola para o intelecto e o coração

humanos, começou a descrever alguns dos factos da sua experiência enquanto escravo, e durante o discurso deu voz a muitos pensamentos nobres e reflexões comovedoras. Mal regressou ao seu lugar e se sentou, eu levantei-me, cheio de esperança e admiração, e declarei que Patrick Henry³, cuja fama de revolucionário é evidente, não seria capaz de fazer um discurso mais eloquente em prol da liberdade do que este que acabáramos de ouvir pela boca daquele fugitivo procurado. Essa era a minha certeza naquela altura — e ainda é nos dias de hoje. Lembrei a audiência dos perigos que, no Norte, rodeavam este jovem emancipado por iniciativa própria — inclusive no Massachusetts, terra dos Pais Fundadores, entre os descendentes de antepassados revolucionários — e perguntei-lhes, num apelo, se permitiriam que ele fosse arrastado de volta para a escravidão, com ou sem lei, com ou sem Constituição. A resposta foi um unânime e trovejante: «Não!» «Irão em auxílio dele e protegê-lo-ão como a um irmão, como a um residente do nosso Massachusetts?» «Sim!», gritou toda a plateia, com uma energia tão assombrosa que os tiranos cruéis a sul da linha de Mason e Dixon⁴ quase poderão ter ouvido a poderosa explosão de entusiasmo e reconhecido tais sentimentos como a promessa de uma determinação inabalável, da parte dos que a manifestaram, em nunca trair aquele que vagueia, mas sim esconder o proscrito e submeter-se com perseverança às consequências de tais atos.

Nos meus pensamentos surgiu de imediato a profunda convicção de que, se o Sr. Douglass fosse persuadido a dedicar o seu tempo e talentos à promoção da causa antiesclavagista, esta receberia um poderoso ímpeto e seria infligido um golpe formidável ao preconceito sentido no Norte contra os homens e as mulheres com um tom de pele mais escuro. Por isso, dediquei-me a inculcar-lhe a esperança e coragem necessárias para que ele tivesse o ânimo de desenvolver uma vocação tão incomum e respeitável para uma pessoa na sua situação; e fui ajudado nestes meus esforços por generosos amigos, em especial pelo Sr. John A. Collins,

o falecido mandatário geral da Sociedade Antiesclavagista do Massachusetts⁵, cuja opinião sobre este assunto coincidia na íntegra com a minha. De início, Douglass não revelou qualquer entusiasmo pela ideia; com genuína timidez, expressou a sua convicção de que não tinha qualidades para realizar uma tarefa tão exigente; esse caminho, se o viesse a percorrer, nunca havia sido trilhado; estava sinceramente apreensivo de que faria mais mal do que bem em aceitar a nossa sugestão. Depois de muito ponderar, contudo, aceitou fazer um teste; e desde então tem sido conferencista sob os auspícios tanto da Sociedade Antiesclavagista Americana como da do Massachusetts. Tem-se dedicado à causa com o mais inexcedível labor; e o êxito dos seus esforços em combater o preconceito, recrutar apoiantes e inquietar as mentes do público tem ultrapassado em muito as mais promissoras expectativas que o início da sua brilhante carreira gerou. Tem revelado um carácter gentil e humilde, mas também verdadeiramente firme. Como orador público, notabiliza-se pelo *pathos*, a inteligência, a confrontação, a representação da atualidade, a força argumentativa e a fluência da linguagem. Há nele a mistura de intelecto e emoção indispensável para esclarecer o entendimento das pessoas e conquistar corações alheios. Que Douglass continue forte e constante até ao fim! Que continue a crescer «na graça e no conhecimento do Nosso Senhor e Salvador, Jesus Cristo»⁶, que seja cada vez mais útil à causa da humanidade ensanguentada, neste país ou no estrangeiro!

É certamente extraordinário que um dos mais eficientes defensores da população escrava, agora perante o público, seja um escravo fugitivo, na pessoa de Frederick Douglass; e que a população de cor libertada nos Estados Unidos seja tão habilmente representada por um dos seus, na pessoa de Charles Lenox Remond⁷, cujos eloquentes apelos têm obtido os mais intensos aplausos de multidões em ambos os lados do Atlântico. Que os caluniadores da raça de cor se desprezem a si mesmos pela sua vileza e intolerância, e que doravante deixem de se referir à natural

inferioridade daqueles que só precisam de tempo e oportunidade para atingir o pináculo da excelência humana.

Talvez seja justo questionar se haverá outra parte da população mundial capaz de aguentar as privações, o sofrimento e os horrores da escravatura sem se degradar mais na escala da humanidade do que os escravos de ascendência africana. Nada ficou por fazer para lhes atrofiar os intelectos, ensombrar as mentes, rebaixar a natureza moral, obliterar todos os vestígios da sua relação com a humanidade; e, todavia, quão maravilhosamente têm suportado a imensa carga da mais terrível servidão, que durante séculos lhes tem provocado as mais angustiadas lamentações! Para exemplificar o efeito da escravatura no homem branco — para mostrar que este, quando sujeito a tal condição, não tem capacidade de resistência superior à do seu irmão negro —, Daniel O’Connell⁸, o notável defensor da emancipação universal e grandioso herói de uma Irlanda prostrada mas não conquistada, narra o seguinte episódio num discurso que proferiu no Conciliation Hall, em Dublin, ante a Loyal National Repeal Association⁹, no dia 31 de março de 1845. «Independentemente», disse o Sr. O’Connell, «do termo enganador sob o qual se disfarce, a escravatura é sempre hedionda. *Tem uma tendência natural e inevitável para embrutecer todas as nobres faculdades dos homens.* Um navegador americano que naufragou na costa africana, onde foi mantido como escravo durante três anos, no fim desse período, quando o encontraram, foi considerado embrutecido e estupidificado — perdera toda a capacidade de raciocínio; e, tendo esquecido a sua língua nativa, conseguia apenas balbuciar sons inarticulados, entre o árabe e o inglês, que ninguém conseguia compreender e que ele próprio pronunciava com dificuldade. Eis o valor da influência humanizadora da *instituição nacional!*» Mesmo admitindo que se trata de um caso extraordinário de deterioração mental, é pelo menos prova de que o escravo branco pode degradar-se tanto na escala da humanidade quanto o escravo negro.

O Sr. Douglass escolheu muito apropriadamente escrever a sua própria *Narrativa*, no seu próprio estilo, de acordo com as suas melhores qualidades, em vez de contratar alguém que o fizesse por ele. Por conseguinte, o texto é inteiramente da sua pena; e, considerando o percurso longo e escuro que teve de percorrer durante os seus anos de escravidão — quão poucas foram as oportunidades que teve para instruir a sua mente desde que partiu os grilhões de ferro —, é a meu ver digno do maior elogio e honra por ter origem na sua cabeça e no seu coração. Quem for capaz de ler cuidadosamente a *Narrativa* sem os olhos lacrimejantes, o peito ofegante e o espírito atormentado; sem ser completamente invadido por uma repulsa indescritível pela escravatura e todos os seus cúmplices, e estimulado a ajudar a concretizar a imediata destruição desse execrável sistema; sem se inquietar pelo destino deste país nas mãos de um Deus justo, que está sempre do lado dos oprimidos e cujo longo braço tudo pode salvar; possuirá decerto um coração de pedra e terá as características que lhe permitirão assumir o papel de traficante «de escravos e prisioneiros»¹⁰. Estou convicto de que tudo aquilo que o Sr. Douglass afirma é na sua essência verdade; que nada foi escrito por malícia, nada foi exagerado, nada é fruto de pura imaginação; que fica aquém da própria realidade, em vez de exagerar um único facto relativo à *escravatura tal como esta de facto é*. A experiência de Frederick Douglass enquanto escravo não foi peculiar; o que lhe coube por sorte não foi particularmente difícil; o seu caso pode ser visto como uma amostra de certo modo amena do tratamento dos escravos em Maryland, o Estado onde se admite que sejam mais bem alimentados e tratados com menos crueldade do que na Geórgia, no Alabama ou no Louisiana. Muitos sofreram incomparavelmente mais do que ele, ao passo que muito poucos nas plantações sofreram menos. No entanto, quão deplorável era a sua condição!, que terríveis castigos lhe infligiram!, que atrocidades ainda mais chocantes foram cometidas contra o seu juízo!, ele, um homem com tão nobres qualidades e sublimes aspirações,

tratado como um animal até por aqueles que professam ter uma mente à imagem da de Jesus Cristo!, as desigualdades medonhas a que foi continuamente sujeito!, quão desprovido esteve de conselho e amparo, mesmo nas situações mais extremas!, quão escura e abundante foi a sua meia-noite de aflição, que cobriu de negro o último raio de esperança e encheu o futuro de terror e trevas!, e a imensa aspiração que sentiu após a liberdade lhe tomar conta do peito, e o modo como a sua angústia aumentou na mesma proporção do desenvolvimento da sua capacidade de reflexão e do seu intelecto — assim demonstrando que um escravo feliz é um homem extinto! —, o modo como pensou, raciocinou e sentiu sob as chicotadas do capataz, com as mãos e os pés acorrentados!, os perigos que encontrou nos seus esforços por escapar à sua horrível condenação!, e quão memorável foram a sua salvação e defesa no seio de uma nação plena de inimigos implacáveis!

Esta *Narrativa* contém muitos acontecimentos tocantes, muitas passagens de grande eloquência e força; mas parece-me que a mais comovedora de todas é a descrição de Douglass, num solilóquio a respeito do seu destino que profere nas margens da baía de Chesapeake, dos seus sentimentos e das hipóteses de um dia se tornar um homem livre — enquanto observa os barcos que se afastam, a vogar com as suas velas brancas na brisa daquele dia, imaginando-os animados pelo espírito da liberdade. Quem consegue ler aquela passagem e permanecer insensível ao seu *pathos* e à sua excelência? Nela está contida toda uma biblioteca alexandrina de pensamento, emoção e sentimento — tudo isso pode, tudo isso deve ser exortado, em forma de expostulação, súplica, censura contra o crime dos crimes: o de tornar um homem propriedade do seu semelhante! Quão abominável é este sistema, que sepulta a mente divina do homem, que desfigura a sua imagem semelhante à de Deus, que reduz aqueles que pela criação foram coroados de glória e honra ao nível de animais selvagens, e eleva o traficante de carne humana acima de tudo a que chamamos Deus! Por que insondáveis motivos se há de prolongar a sua existência por mais

uma hora que seja? Não se trata apenas do Mal, do puro Mal, perpetuado? O que significa se não a ausência de todo o temor a Deus, de todo o respeito pelos homens, por parte do povo dos Estados Unidos? Que Nosso Senhor ajude à sua eterna destruição!

Muitas pessoas são tão profundamente ignorantes da natureza da escravatura que se mantêm teimosamente incrédulas sempre que leem ou ouvem um relato das crueldades que todos os dias sofrem as suas vítimas. Elas não negam que os escravos são mantidos como propriedade de outrem; mas tal horrível facto não parece gerar nas suas mentes quaisquer ideias de injustiça, de exposição à atrocidade ou de crueldade selvática. Digam-lhes das purgas cruéis, das mutilações e das marcas na pele feitas com tições, de cenas de profanação e sangue, do desterro de toda a luz e conhecimento, e elas mostrar-se-ão profundamente indignadas ante tais enormes exageros, tão maciças deturpações da realidade, tão abomináveis calúnias ao carácter dos fazendeiros do Sul! Como se todas estas terríveis atrocidades não fossem resultado genuíno da escravatura! Como se fosse menos cruel reduzir um ser humano a condição de objeto do que fustigá-lo severamente ou privá-lo do alimento e da roupa necessários! Como se os chicotes, as correntes, os anjinhos¹¹, as palmatórias, os cães de caça, os capatazes, os *drivers*¹² e as patrulhas não fossem todos indispensáveis para manter os escravos submissos e proteger os seus desumanos opressores! Como se, quando extinta a instituição do casamento, não abundassem necessariamente o concubinato, o adultério e o incesto; ou, quando aniquilados todos os direitos humanos, ainda existissem barreiras para proteger a vítima da fúria do opressor; ou quando a vida e a liberdade estão subjuga-das pelo poder absoluto, este não seja exercido com uma autoridade destruidora! Na sociedade abundam cétricos como estes. Em alguns poucos exemplos, tal desconfiança advém da ausência de capacidade de reflexão e pensamento; mas, por norma, indica um ódio ao esclarecimento, um desejo de proteger a escravatura

dos assaltos dos seus inimigos, um desdém pelas pessoas de raça negra, sejam escravas ou vivam em liberdade. Estes tentam descreditar os chocantes relatos da crueldade escravagista registados nesta *Narrativa* verídica; mas tais esforços serão em vão. O Sr. Douglass revelou, com toda a sinceridade e clareza, o seu lugar de nascimento, os nomes daqueles que declaravam ser proprietários do seu corpo e alma, e também os nomes dos que cometeram os crimes que ele revela nestas páginas. Assim, as suas afirmações podem ser facilmente desmentidas se não forem verdadeiras.

Ao longo da *Narrativa*, relata dois exemplos de crueldade assassina — num dos quais um fazendeiro abate a tiro um escravo de uma quinta vizinha, que tinha entrado inadvertidamente na sua propriedade para pescar; no outro, um capataz desfez a cabeça de um escravo que fugira para um riacho de modo a escapar a um castigo sangrento. O Sr. Douglass declara que nenhuma destas situações resultou numa detenção legal ou numa investigação judicial. O *Baltimore American*, de 17 de março de 1845, relata um caso de semelhante atrocidade, cometido com idêntica impunidade, do seguinte modo: «*Disparar contra um escravo*. Aprendemos, por meio de uma carta endereçada do condado de Charles, em Maryland, e recebida por um cavalheiro desta cidade, que um homem jovem, chamado Matthews, sobrinho do general Matthews, e cujo pai, segundo se diz, ocupa um cargo em Washington, matou a tiro um dos escravos da quinta do seu progenitor. A carta indica que o jovem Matthews ficara encarregado de gerir a quinta; que terá dado ordens ao criado e que este lhe desobedeceu, após o que o primeiro se dirigiu para casa e, *regressando de arma em riste, disparou contra o criado*. Terá fugido de imediato para a casa do pai, indica a carta, onde permanece sem que ninguém o tenha incomodado.» Nunca esqueçamos que nenhum proprietário de escravos ou capataz pode ser condenado de quaisquer atrocidades cometidas sobre um escravo, por mais diabólicos que sejam esses atos, por via de depoimentos

de pessoas de cor, vivam estas em escravatura ou liberdade. Segundo o código da escravatura¹³, a justiça considera os escravos inaptos para testemunhar contra um homem branco, como se fizessem parte do reino animal. Por conseguinte, não existe nenhuma efetiva proteção legal, seja qual for a sua forma, para a população escrava; e qualquer crueldade lhes pode ser infligida em total impunidade. Conseguirá a mente humana conceber uma espécie de sociedade mais horrível do que esta?

As consequências de uma confissão religiosa sobre a conduta dos proprietários sulistas de escravos é nitidamente descrita na *Narrativa* que se segue; e, como será possível ver, revelam-se tudo menos salutares. Dada a natureza do caso, devem ser, na verdade, o mais perniciosas possível. Neste aspeto, o relato do Sr. Douglass é sustentado por uma multidão de testemunhas, cuja veracidade é inatacável. «Professar ser cristão devoto é, para um proprietário de escravos, um manifesto embuste. Ele é um vilão do mais alto calibre. É um raptor de homens. Independentemente do que ponhamos no outro prato da balança.»

Leitor!, está do lado dos raptos, por solidariedade ou adesão o seu propósito, ou do das vítimas oprimidas? Se estiver com os primeiros, saiba que é inimigo de Deus e dos homens. Se estiver com os últimos, o que está pronto para fazer e ousar em sua defesa? Seja fiel, vigilante, incansável nos seus esforços para desfazer cada jugo e libertar os oprimidos. Venha o que vier — custe o que custar —, escreva no estandarte que desfalda ao vento, como seu lema religioso e político: «NÃO PODEMOS TRANSIGIR COM A ESCRAVATURA! NÃO HÁ UNIÃO POSSÍVEL COM PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS!»

WILLIAM LLOYD GARRISON¹⁴
Boston, 1 de maio de 1845

«A liberdade surgira ante mim, para nunca mais desaparecer. Ouvia-se em cada som, via-se em todas as coisas.»

Nascido escravo, Frederick Douglass escapou em 1838 e tornou-se escritor, editor, um orador brilhante e defensor da abolição da escravatura. Publicado em 1845, *Narrativa da Vida de Frederick Douglass, um Escravo Americano* é um portentoso relato dos anos em cativeiro e da sua fuga, mas é sobretudo o testemunho de um espírito sagaz, sedento de conhecimento e de uma vontade inabalável de ser livre. Além de uma defesa apaixonada da literacia e da educação, a *Narrativa* e os discursos aqui reunidos constituem documentos-chave para compreender os Estados Unidos da América no século XIX, expondo com lucidez as incongruências de um país que, mantendo parte da sua população agrilhoadada, se proclama a nação da liberdade.

Figura central do movimento abolicionista, Frederick Douglass lutou com dedicação e coragem por uma vida livre e digna para todos os afro-americanos, construindo um legado cujas reverberações continuam a fazer-se sentir na atualidade.

P E N G U I N



C L Á S S I C O S

Tradução de Guilherme Pires
Introdução de Cristina Roldão



Retrato de Frederick Douglass, abolicionista, político e escritor norte-americano, século XIX (gravura a cores).

© North Wind Pictures / Bridgeman Images



penguinlivros.pt



penguinlivros



Penguin
Random House
Grupo Editorial

ISBN 9789897847912



9 789897 847912 >